

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO nº 001/2023

"Dispõe sobre a alteração do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Araguatins, e dá outras providências"

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUATINS, estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Resolução.

- **Art. 1º-** A Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Araguatins, ficam mantidas para todos os efeitos, sendo alterado pela Presente Resolução a denominação e quantidade dos Cargos de Pessoal em Comissão constantes do artigo 2º desta Resolução.
- **Art. 2º-** Ficam Criados os Cargos de Provimento em Comissão símbolo, que passam a compor o quadro de provimento em Comissão, da Câmara Municipal com as seguintes denominações:
- I- Diretor de Sonorização;
- II- Assessor de Comunicação;
- III- Assessor Especial da Presidência;

- IV- Diretor Administrativo e Flnanceiro;
- V- Diretor de Controle Interno;
- VI- Diretor de Dep. Patrimonial e Almoxarifado;
- VII- Diretor Legislativo;
- VIII- Coordenador de Licitações e Contrato;
- IX- Diretor de Contabilidade;
- X- Diretor Jurídico
- **Art. 3º-** A descrição, quantidade remuneração dos cargos estão relacionados no quadro a seguir:
 - CATEGORIA FUNCIONAL, PADRÃO, QUANTIDADE DE CARGOS
 - Assessor Parlamentar, CC1, 08
 - Assessor Especial da Presidência, CC2, 01
 - Diretor de Controle Interno, CC3, 01
 - Diretor Administrativo e Financeiro, CC3, 01
 - Diretor de Sonorização, CC1, 01
 - Assessor de Comunicação, CC1, 01
 - Diretor de Dep. Patrimonial e Almoxarifado, CC1, 01;
 - Diretor Legislativo, CC1, 01;
 - Coordenador de Licitações e Contrato, CC1, 01;
 - Diretor de Contabilidade, CC4, 01;
 - Diretor Jurídico, CC5, 01;
- § 1º- Os valores e codificações de vencimentos passaram a ter os seguintes parâmetros:
 - Padrão CC1 R\$ 1.302,00
 - Padrão CC2 R\$ 1.764,72
 - Padrão CC3 R\$ 2.796,27
 - Padrão CC4 R\$ 3.200,00
 - Padrão CC5 R\$ 5.200,00
- § 2º- Os cargos cujos reajustes salariais estejam abaixo do salário mínimo vigente, serão equiparados ao teto salarial nacional.

Art. 4º- A investidura em cargo de provimento em Comissão é de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara, cuja escolha poderá recair sobre qualquer cidadão brasileiro, ou equiparado, desde que preencha os requisitos exigidos para o seu desempenho.

Art. 5º- Para os cargos de Assessor Parlamentar, nos casos em que couber, a nomeação poderá recair sob a indicação do(a) funcionário(a) a ser nomeado. Devendo encaminhar junto à indicação todos os documentos necessários ao ingresso do cargo público, relacionados ao cargo.

Art. 6º- Poderá ser concedido aos servidores comissionados gratificação por desempenho de acordo com as atribuições de Direção de Departamento, com a criação de outras nomenclaturas de gratificação.

§ ÚNICO: Poderá ser adicionado ao(s) vencimento(s) do servidor, tanto efetivo quanto comissionado, ainda que não tenha previsão no quadro do caput, até 100% (cem por cento) de gratificação, sem prejuízo às horas extras eventualmente prestadas no exercício da função, bem como aos direitos adquiridos.

Art. 7º- Está resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araguatins-TO, 13 de fevereiro de 2022.

Miguel Pereira Silva

Presidente

Magno Cardoso de Sousa

1º Secretário

Wanderley Rodrigues Tavares

2º Secretário

Documento eletrônico assinado conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil, por:

Signatár MAGNO CARDOSO DE SOUSA

io(a):

Data e 13/02/2023 14:33:01

Hora:

Documento eletrônico assinado conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil, por:

Signatár WANDERLEY RODRIGUES TAVARES

io(a):

Data e 13/02/2023 12:52:10

Hora:

Documento eletrônico assinado conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil, por:

Signatár MIGUEL PEREIRA SILVA

io(a):

Data e 13/02/2023 12:49:39

Hora:



A autenticidade desse documento pode ser verificada através do QRcode ao lado ou pelo endereço https://kitpublico.com.br/validar/doc umento/resolucao1/a3393858-6d5c-11ec-8ad 0-cced4282c34f/00c88d27-ac51-11ed-

b087-5d36f83b3b79